



BATALHA
MUNICÍPIO



RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2021

Município da Batalha

RELATÓRIO DE GESTÃO

DO MUNICÍPIO DA BATALHA

EXERCÍCIO DE 2021

Índice

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I – Organização Municipal.....	7
1. Composição dos Órgãos e Organização dos Serviços.....	7
CAPÍTULO II –Recursos Humanos.....	14
1. Estrutura de Recursos humanos	14
CAPÍTULO III – Análise Orçamental e Económico-Financeira.....	19
1. Análise Orçamental.....	19
1.1 Execução Orçamental da Receita.....	19
1.2 Execução Orçamental da Despesa	21
1.3 Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano.....	23
1.4 Resultado Orçamental	25
1.5 Principais Indicadores Orçamentais.....	27
2. Análise Económico-Financeira.....	28
2.1. Balanço	28
2.2. Demonstração de Resultados.....	31
2.3. Endividamento	35
2.3.1. Afetação dos Limites Legais ao Endividamento (Breve Evolução).....	36
2.4. Indicadores Económico-Financeiros	38
CAPÍTULO IV – Contabilidade de Gestão	39
1. Análise de Custos por Funções.....	39
CAPÍTULO V – Proposta Aplicação de Resultados.....	39
CAPÍTULO VII – Considerações Finais	40

Índice de Quadros

Quadro 1 - Efetivo Total distribuído por Relação de Vínculo	14
Quadro 2 - Admissões de Colaboradores	15
Quadro 3 - Saídas de Colaboradores.....	15
Quadro 4 - Custos com Pessoal	17
Quadro 5 - Limite Legal _ Custos com Pessoal	17
Quadro 6 - Absentismo	18
Quadro 7 - Execução da Receita (orçada, liquidada e cobrada)	19
Quadro 8 - Receita Fiscal e Taxas (orçada, liquidada e cobrada).....	20
Quadro 9 - Execução da Despesa	22
Quadro 10 - Comparativo da Despesa (2021 – 2020)	22
Quadro 11 - Transferências Correntes e de Capital Concedidas.....	23
Quadro 12 - Execução das Grandes Opções do Plano.....	24
Quadro 13 - Fontes de Financiamento dos Investimentos	25
Quadro 14 - Receita / Despesa	26
Quadro 15- Poupança Corrente do Exercício	26
Quadro 16 - Regra de Equilíbrio Orçamental.....	26
Quadro 17 - Indicadores Orçamentais	27
Quadro 18 - Balanço	29
Quadro 19 - Evolução do ativo	30
Quadro 20 - Evolução do passivo.....	31
Quadro 21 - Demonstração de Resultados	32
Quadro 22 - Evolução dos gastos.....	33
Quadro 23 - Evolução dos rendimentos.....	34
Quadro 24 - Dívidas a terceiros	35
Quadro 25 - Cálculo do Endividamento	37
Quadro 26 - Evolução dos indicadores económico-financeiros	38

(Página propositadamente deixada em branco)

INTRODUÇÃO

A situação de emergência internacional de saúde pública, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), relacionada com a pandemia provocada pela Covid-19, conduziu à adoção de medidas excepcionais e temporárias com reflexos na despesa pública do exercício de 2021.

A atividade municipal tem vindo assim a sofrer o impacto da pandemia em várias dimensões, nomeadamente na estrutura das despesas e receitas, na adaptação operacional dos serviços e no exercício de competências. Os desafios que se colocaram em 2020 e 2021, tiveram necessariamente um impacto muito relevante, quer do lado da receita, quer do lado da despesa.

Em todos os municípios, as medidas de mitigação dos efeitos da pandemia, através da implementação de uma multiplicidade de respostas que foram beneficiárias as famílias, as instituições e as empresas, tiveram muita preponderância na despesa pública.

É neste contexto, e através do presente relatório, que apresentamos as Contas Públicas do MUNICÍPIO DA BATALHA referentes ao exercício de 2021, projetadas com rigor, transparência e na salvaguarda dos elementares princípios da legalidade.

CAPÍTULO I – Organização Municipal

1. Composição dos Órgãos e Organização dos Serviços

Câmara Municipal

Constituída por 7 membros (1 Presidente e 6 Vereadores) e, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro com a redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua atual redação, o mandato dos órgãos das Autarquias Locais têm a duração de quatro anos.

Executivo Municipal (início de funções a 16/10/2017 e término a 15/10/2021)

Presidente: Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos

Pelouros: Administração Geral e Planeamento Estratégico; Recursos Humanos; Desenvolvimento Económico e Emprego; Ação Social e Saúde; Obras Municipais; Obras Particulares (coadjuvado pela Vereadora Liliana Moniz); seniores e Habitação Social; Reforma Organizacional; Segurança e Proteção Civil; Freguesias, Cultura e Museu Municipal; Bibliotecas e Arquivo Histórico Municipal; Setor Empresarial local; Concessões Municipais e Parcerias Público-Privadas; Modernização Administrativa; Mobilidade e Transportes Urbanos; Candidaturas aos Fundos Estruturais.

Vice-Presidente: André da Costa Loureiro

Pelouros: Educação, Desporto e Tempos Livres; Ambiente, Eficiência Energética e Comunidade Sustentável; Juventude e Empreendedorismo; Associativismo e Equipamentos Desportivos; Informática e Sistemas de Informação; Marketing e Portal Municipal.

Vereador em Regime de Não Permanência: Carlos Agostinho Costa Monteiro

Pelouros: Sem pelouro atribuído

Vereador em Regime de Não Permanência: Carlos Emanuel Oliveira Repolho

Pelouros: Sem pelouro atribuído.

Vereadora em Regime de Permanência: Liliana Pereira Moniz

Pelouros: Turismo; Arquivo Histórico Municipal; Defesa do Consumidor; Reabilitação e valorização Urbana; Projeto Academia Sénior e Coadjuvar o Presidente da Câmara nos Licenciamentos Urbanísticos.

Vereador em Regime de Não Permanência: Horácio Moita Francisco

Pelouros: Sem pelouro atribuído.

Vereador em Regime de Permanência (meio tempo): Germano dos Santos Pragosa

Pelouros: Obras Correntes, Armazéns e Oficinas (DAME); Mercados e Venda Ambulante; Parque de Viaturas, Transportes e Logística; Cemitérios; Toponímia, Sinalética e Trânsito; Direitos dos Animais, Canil e Gatil.

Executivo Municipal (início de funções a 16/10/2021 até à presente data)

Presidente: Raul Miguel de Castro

Pelouros: Obras Municipais; Ordenamento do Território; Proteção Civil Municipal; Auditoria e Controle de Gestão; Unidade e Proteção de Saúde Animal; Intervenção Sanitária; Comunicação e Relações Públicas; Saúde; Ambiente.

Vice-Presidente: Carlos Agostinho Costa Monteiro

Pelouros: Financeira (contabilidade e finanças; receitas; execuções fiscais; tesouraria; património e aprovisionamento); Contratação Pública; Fundos Comunitários; Recursos Humanos; Loja do Cidadão; Atendimento ao público, expediente geral e arquivo; Informática e Sistemas de Informação; Apoio aos órgãos autárquicos, comissões e notariado; Educação; Apoio às empresas e empreendedorismo; Desenvolvimento económico; Manutenção e Exploração

Vereadora em Regime Permanência: Mónica Aguiar Louro Cardoso

Pelouros: Cultura; Biblioteca; Museu; Arquivo Histórico; Turismo; Defesa do Consumidor; Apoio Jurídico; Desporto e Tempos Livres.

Vereador em Regime de Permanência (meio tempo): Maribela dos Santos Vieira

Pelouros: Ação e Desenvolvimento Social; Rede Social; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ); Juventude

Vereador em Regime de Não Permanência: André da Costa Loureiro

Pelouros: Sem pelouro atribuído.

Vereadora em Regime de Não Permanência: Ana Rita André Costa e Silva Calmeiro

Pelouros: Sem pelouro atribuído.

Vereador em Regime de Não Permanência: Nuno Augusto Silva Almeida

Pelouros: Sem pelouro atribuído.

Assembleia Municipal – (Início de funções 16/10/2017 até 15/10/2021)

Deputados Municipais Eleitos*	
Júlio Ribeiro Órfão	Presidente
Ana Cristina Duarte Caleira Barraca	1º Secretário
Luciano Pedrosa Gonçalves	2º Secretário
Fernando José Lopes de Oliveira	
Alfredo Monteiro de Matos	
Francisco Manuel dos Santos Coutinho	
Augusto Neves do Nascimento	
Elisabete de Jesus Moita	
Luís Miguel Ribeiro Ferraz	
Sérgio Manuel Carreira da Silva	
Leonor Ferreira Faustino	
Sónia Isabel Jordão Costa	
Rita Salomé Pereira Vieira	
Carlos Alberto Monteiro dos Santos	
Rui Manuel Henriques de Oliveira Rodrigues	
Eduardo Alexandre Menezes Prior de Almeida	
Raquel Maria Cunha Ferreira	
Fernando Miguel Rodrigues Marques	
José Lucas Ferreira	
José Armindo Monteiro de Matos	
Cristóvão Mira Ribeiro	
Rosa Maria Almeida Costa Abraúl de Sousa	Presidente da Junta de Freguesia da Batalha
Horácio Manuel Gonçalves de Sousa	Presidente da Junta de Freguesia de Reguengo do Fetal
Marco Alexandre Ribeiro Vieira	Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede
José Moreira Filipe	Presidente da Junta de Freguesia da Golpilheira

Assembleia Municipal – (início de funções a 16/10/2021 até à presente data)

Deputados Municipais Eleitos*	
Joaquim José Pereira Ruivo	Presidente
Elsa Maria Martins Libânio	1º Secretário
Germano Santos Pragosa	2º Secretário
Alfredo Monteiro de Matos	
Armando Pedro Pinheiro Rosa	
Sónia Isabel Jordão Costa	
Célia Maria Lopes dos Santos Murta Cadima	
José Moreira Filipe	
Nuno Miguel Silva Santos	
Octávio Carvalho Viláça	
Catarina Alexandra Cruz Bagagem	
Telmo Alexandre Henriques Ferreira	
Fernando Miguel Rodrigues Marques	
Lina Isabel dos Santos Oliveira	
Francisco Manuel dos Santos Coutinho	
Carlos Alberto Monteiro dos Santos	
Valter Mendes Cardoso	
Eduardo Manuel Cardoso Marques Veiga	
Elodie Carreira Zeferino	
Arlindo Oliveira Silva Marques	
Ricardo António Matias Vala	
Fernando José Lopes de Oliveira	Presidente da Junta de Freguesia da Batalha
António Fernando Martins de Sousa Lucas	Presidente da Junta de Freguesia de Reguengo do Fetal
Marco Alexandre Ribeiro Vieira	Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede
José Carlos dos Reis Ferraz	Presidente da Junta de Freguesia da Golpilheira

Organização dos Serviços

A Organização Interna dos serviços municipais obedece a um **Modelo Estrutural Hierarquizado**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 9º, em conjugação com o art.º 10º do Decreto Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação. A estrutura orgânica do município, em vigor no ano de 2021, foi aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 22 de junho de 2020, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião ordinária do dia 01 de junho de 2020 e publicado em Diário da República n.º 144, 2.ª série de 27 de julho de 2020. Na sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 20 de dezembro de 2021, sob proposta da Câmara Municipal, em reunião ordinária do dia 06 de dezembro de 2021, foi aprovada a nova estrutura orgânica do município, que entra em vigor no ano de 2022, após publicitação em Diário da República.

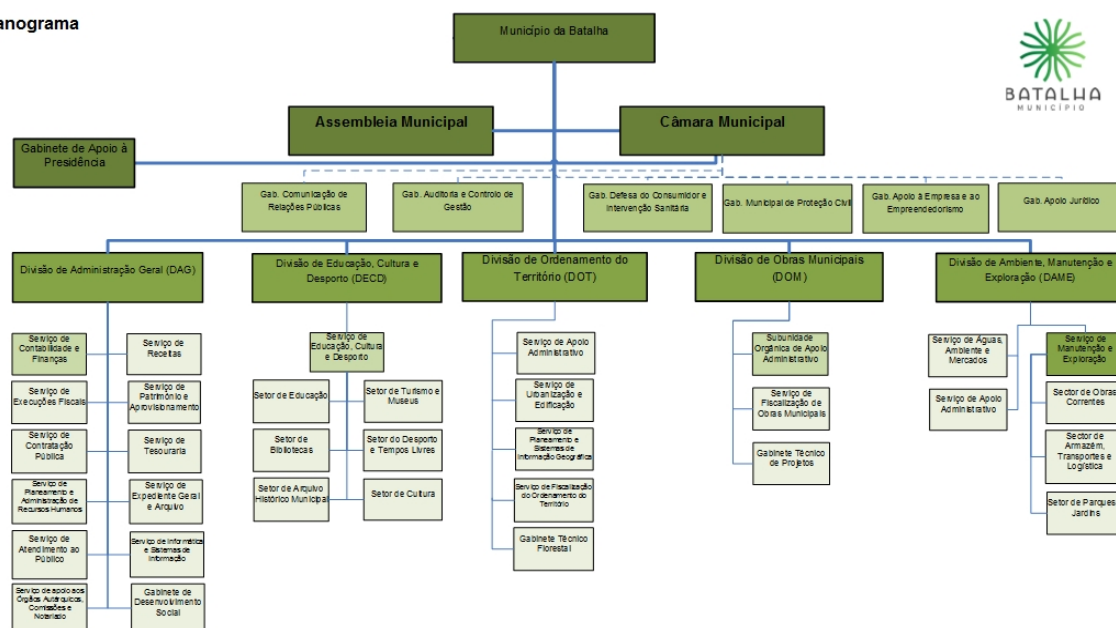
A estrutura orgânica tem por finalidade dotar o município de uma estrutura orgânica adequada, com perspetiva de futuro, suportada de um quadro qualificado capaz de responder com os objetivos estratégicos de desenvolvimento municipal, garantindo motivação, condições de trabalho, de eficiência e eficácia.

Pela Assembleia Municipal foi fixada a seguinte estrutura:

- A dotação máxima de Unidades Orgânicas Flexíveis é fixada em **5**, correspondente à seguinte estrutura:
 - Divisão de Ordenamento do Território (DOT);
 - Divisão de Obras Municipais (DOM);
 - Divisão de Ambiente, Manutenção e Exploração (DAME);
 - Divisão de Administração Geral (DAG);
 - Divisão de Educação, Cultura e Desporto (DECD).
- A dotação máxima de Subunidades Orgânicas é fixada em **3**, correspondente à seguinte estrutura:
 - Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Educação, Cultura e Desporto;
 - Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Contabilidade e Finanças;
 - Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Obras Municipais.

Da qual resultou o seguinte organigrama dos serviços:

Organograma



Modelo Estrutural Hierarquizado – Conforme Dec. Lei 305/2009, de 23 de Outubro

CAPÍTULO II – Recursos Humanos

1. Estrutura de Recursos humanos

Controlo do Mapa de Pessoal

Em 31 de dezembro, a estrutura de recursos humanos era composta por 222 colaboradores, distribuídos da seguinte forma:

- 166 integrados por tempo indeterminado através do regime de contrato em funções públicas;
- 48 trabalhadores (pessoal não docente) transferidos para o Município em regime de mobilidade no âmbito da contratualização de competências da administração central para a administração local (Contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado entre o Ministério da Educação e Ciência e o município da Batalha em 18 de maio de 2015);
- 1 Professor de Natação, cuja relação de vínculo é a título resolutivo por tempo determinado;
- 2 Assistentes operacionais (auxiliares de ação educativa), cuja relação de vínculo é a título resolutivo por tempo determinado;
- 5 chefes de divisão, em regime de comissão de serviço.

O efetivo total da autarquia, distribuído por classes profissionais, está expresso no quadro seguinte:

Quadro1 - Efetivo Total distribuído por Relação de Vínculo

Classes	CT Tmp Indet.	Relação de Vínculo			Total
		Comissão Serviço	CT Termo	Outra	
Dirigentes		5			5
Técnicos Superiores	32		1		33
Assistentes Técnicos	49				49
Assistentes Operacionais	125			2	127
Informática	1				1
Outros	4	3			7
TOTAL	211	8	1	2	222

Verificaram-se 53 entradas que dizem respeito às seguintes situações:

- Integração de 48 trabalhadores (2 técnicos superiores, 15 assistentes técnicos e 31 assistentes técnicos), em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;

- Admissão de 2 fiscais municipais e 1 chefe de divisão, decorrido os trâmites dos procedimentos concursais;

Quadro 2 - Admissões de Colaboradores

Classes	Procº Concursal	Comissão Serviço	Outras Situações	TOTAL
Dirigentes		1		1
Técnicos Superiores	2			2
Assistentes Técnicos	15			15
Assistentes Operacionais	31			31
Informática				
Outros			4	4
TOTAL	48	1	4	53

Em contrapartida, registaram-se 58 saídas, das quais destacamos a caducidade de 47 acordos de cedência de interesse público, no âmbito do processo de internalização da atividade da Iserbatalha, E.M. no Município da Batalha à data de 01 de janeiro de 2019, aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2018, sob proposta do Executivo Municipal, vertida na deliberação de Câmara n.º 2018/0449/GAP de 19 de novembro de 2018; 6 contratos a termo dos técnicos superiores de desporto (professores de natação), e 5 assistentes operacionais, por motivos de aposentação.

Quadro 3 - Saídas de Colaboradores

Classes	Caducidade CT Termo	Revogação (Mútuo Acordo)	Outras Situações	TOTAL
Dirigentes				0
Técnicos Superiores	6			6
Assistentes Técnicos			17	17
Assistentes Operacionais			35	35
Informática				0
Outros				0
TOTAL	6	0	52	58

Custos com Pessoal e Afetação do Limite Legal

As despesas orçamentais pagas com pessoal ascenderam a 4,285 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de 4,4%, face ao ano anterior, cerca de 181.916€. Este aumento está relacionado com:

- O processamento do suplemento de penosidade e insalubridade (artigo 24.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro) aprovado nos termos da Deliberação n.º 2021/0082/GAP de 22 de fevereiro de 2021;
- A atualização dos vencimentos dos funcionários públicos, nos termos do Decreto-Lei n.º 10/2021 de 1 de fevereiro;
- A atualização dos vencimentos no âmbito do processo avaliativo na administração pública – SIADAP;
- A atualização da base remuneratória dos trabalhadores da ex-empresa municipal, no âmbito do processo de negociação salarial;
- Aumento da rubrica dos encargos com a Segurança Social /Caixa Geral de Aposentações, consequência das atualizações acima identificadas.

Quadro 4 - Custos com Pessoal

Descritivo	2020	2021	Peso %	Var. 20-21
Remunerações Certas e Permanentes	2 922 188	3 022 922	70,5%	3,4%
Membros dos Órgãos Autárquicos	113 133	121 972	2,8%	7,8%
Pessoal do Quadro	1 681 326	2 010 420	46,9%	19,6%
Pessoal em qualquer outra situação	52 268	49 018	1,1%	-6,2%
Pessoal em Regime de tarefa ou avença	18 108	0	0,0%	0,0%
Pessoal c/ contrato a Termo Certo	67 629	81 623	1,9%	20,7%
Pessoal acordo de cedência	521 069	255 051	6,0%	100,0%
Rem. Doença e maternidade/paternidade	27 954	42 818	1,0%	53,2%
Subsídio de Férias e de Natal	440 702	462 020	10,8%	4,8%
Outras Despesas c/ Pessoal	308 884	337 737	7,9%	9,3%
Deslocações e Ajudas de Custo	2 115	1 922	0,0%	-9,1%
Trabalho Extraordinário	16 000	28 823	0,7%	80,1%
Subsídio de Refeição	238 400	233 996	5,5%	0,0%
Abonos para falhas	2 192	2 177	0,1%	-0,7%
Abonos e Senhas Presença	15 107	34 177	0,8%	126,2%
Representação	35 070	36 641	0,9%	4,5%
Segurança Social	872 299	924 628	21,6%	6,0%
Pensões	3 028	3 526	0,1%	16,4%
Encargos com a Saúde	111 792	146 131	3,4%	30,7%
Subsídio familiar a crianças e jovens	7 865	7 884	0,2%	0,2%
Contribuições Segurança Social - Regime Geral	217 391	188 062	4,4%	-13,5%
Contribuições Segurança Social Func. Públicos	493 828	543 860	12,7%	10,1%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0	0	0,0%	0,0%
Seguros de Pessoal	38 396	35 166	0,8%	-8,4%
TOTAL	4 103 372	4 285 287	100%	4,4%

Quadro 5 - Limite Legal _ Custos com Pessoal

Ano referência	2020	2021
Nº Efetivos (Trabalhadores)	227	222
Custo Médio por Efetivo	18 077	19 303
<i>Limite Legal de Afetação Receita Corrente</i>	36,7%	39,1%
(*) Segundo D.L. 116/84 e 44/85, o limite legal de afetação dos custos com pessoal sobre receitas correntes do ano anterior ao respetivo exercício é de 60%.		
% Afetação do Limite Legal (D.L.116/84 e 44/85)	61,2%	65,2%

No ano em análise verifica-se uma redução do número de colaboradores, mantendo-se o limite legal imposto pelos D.L. n.º 116/84 e 44/85. O limite foi parcialmente utilizado em 65,20%, registando-se um aumento de cerca de 4% do nível de afetação em relação a período homólogo do ano anterior.

O indicador traduz o peso relativo dos custos com pessoal face à receita corrente do ano anterior ao respetivo exercício.

Nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, e da Lei n.º 75-B/2020 de 31/12 (LOE/2021), as Autarquias Locais podem proceder ao recrutamento de trabalhadores, nos seguintes termos:

- Cumprimento das regras de Equilíbrio Orçamental;
- Cumprimento dos limites de endividamento;
- Sustentabilidade das respetivas finanças locais.

Absentismo / Assiduidade

O absentismo, traduzido no número de dias de ausência por faltas atingiu os 3065 dias, um aumento de 345 dias em relação ao ano 2020.

Quadro 6 - Absentismo

Classes	Dias de Absentismo (faltas)							Total Faltas Dias
	Casamento	Falecimento Familiar	Doença	Por Acidentes Trabalho	Assistência Família	Trabalhador Estudante	Outros	
Dirigentes		3					2	5
Técnicos Superiores	11	2	576				31	609
Assistentes Técnicos		24	213				127	364
Assistentes Operacionais	11	34	1 811	78			164	2 087
Informática								
Outros								
TOTAL	22	63	2 600	78	-	-	324	3 065

CAPÍTULO III – Análise Orçamental e Económico-Financeira

1. Análise Orçamental

1.1 Execução Orçamental da Receita

No exercício de 2021 verificou-se uma diminuição das receitas cobradas líquidas em cerca de 1,23%, relativamente ao ano anterior. As receitas correntes registaram um aumento na ordem dos 764 mil euros, devido ao aumento da rubrica transferências correntes, que engloba o aumento das transferências do orçamento do estado (LEO/2021) e a aceitação da transferência de competências, nos termos da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

As rubricas, Impostos indiretos, Taxas, multas e outras penalidades, Rendimentos de Propriedade e Venda de Bens e Serviços Correntes, apresentam uma diminuição face ao ano anterior na ordem dos 324 mil euros, ficando esta redução a dever-se em grande parte à diminuição da atividade económica que se fez sentir, em resultado dos efeitos da Pandemia associada à doença COVID-19.

As receitas cobradas ascenderam aos 14,46 milhões de euros, significando uma taxa de execução orçamental na ordem dos 75,20%, verificando-se uma diminuição nominal de 4 pontos percentuais em relação ao ano passado.

Quadro 7 - Execução da Receita (orçada, liquidada e cobrada)

	Exercício 2020					Exercício 2021				
	Orçada	Liquidada	Cobrada (Líquida)	Desvio (valor)	Tx. Exec.	Orçada	Liquidada	Cobrada (Líquida)	Desvio (valor)	Tx.Exec.
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3/1]	[1]	[2]	[3]	5 = [3-1]	6 = [3/1]
Impostos Diretos	3 224 591	3 357 873	3 307 651	83 060	102,6%	3 174 277	3 483 114	3 365 281	191 004	106,0%
Impostos Indiretos	72 622	72 622	72 622	0	100,0%	0	0	0	0	0
Taxas, Multas O. Penalidades	743 659	774 830	773 121	29 462	104,0%	842 299	752 218	749 039	-93 260	88,9%
Rendimentos de Propriedade	675 145	651 266	666 397	-8 748	98,7%	675 458	549 503	549 132	-126 326	81,3%
Transferências Correntes	5 588 234	5 747 392	5 748 278	160 044	102,9%	6 353 458	6 783 285	6 784 074	430 616	106,8%
Venda Bens e Serviços Cor.	625 001	354 154	335 587	-289 414	53,7%	327 916	215 258	225 300	-102 617	68,7%
Outras Receitas Correntes	2 392	9 435	7 275	4 883	304,2%	2 000	4 184	2 543	543	127,2%
Receitas Correntes	10 931 644	10 967 572	10 910 931	-20 713	99,8%	11 375 408	11 787 562	11 675 369	299 961	102,6%
Venda Bens Investimento	168 870	0	0	-168 870	0,0%	89 828	107	107	-89 721	0,1%
Transferências de Capital	4 094 947	2 528 353	2 528 353	-1 566 594	61,7%	3 180 222	850 753	839 420	-2 340 802	26,4%
Ativos Financeiros			0	0				0	0	0,0%
Passivos Financeiros	2 420 000	327 861	327 861	-2 092 140		3 320 000	674 417	674 417	-2 645 583	20,3%
Outras Receitas de Capital	8 258	4 560	4 560	-3 698	55,2%	6 080	3 808	3 808	-2 272	62,6%
Receitas Capital	6 692 075	2 860 773	2 860 773	-3 831 302	42,7%	6 596 130	1 529 085	1 517 752	-5 078 377	23,0%
Reposições Não Abat Pag.s	500	674	676	176	135,2%	500	4 494	4 494	3 994	898,8%
Saldo da Gerência Anterior	865 710	865 710	865 710	0	100,0%	1 260 144	1 260 144	1 260 144	0	100,0%
Total	18 489 929	14 694 729	14 638 090	-3 851 839	79,2%	19 232 182	14 581 286	14 457 760	-4 774 422	75,2%

Comparando a execução/cobrança da receita face ao previsto no orçamento, verifica-se que os desvios decorrem na generalidade das rubricas, verificando-se uma acentuada diminuição na rubrica das transferências de capital e Passivos Financeiros. Verifica-se um desvio negativo no total das receitas de capital, cerca de 76,99%, devido à morosidade na validação da despesa de projetos financiados no âmbito do PORTUGAL 2020, bem como, na não utilização dos empréstimos bancários aprovados no âmbito do IFRRU e do financiamento da obra *“Pavilhão Desportivo Municipal de São Mamede”*.

O grau de execução dos impostos diretos e das transferências correntes, superaram a previsão orçamental em 6%, e 6,8%, respetivamente.

Quadro 8 - Receita Fiscal e Taxas (orçada, liquidada e cobrada)

	Exercício 2020				Exercício 2021				Var. (%) RC '21-20
	Orçada [1]	Cobrada liquida [2]	Desvio (valor) 3 = [2-1]	Tx. Exec. 4 = [2/1]	Orçada [1]	Cobrada liquida [2]	Desvio (valor) 3 = [2-1]	Tx. Exec. 4 = [2/1]	
IMI - Imposto Municipal Imóveis	1 686 161	1 762 958	76 797	104,6%	1 703 888	1 761 611	57 723	103,4%	-0,1%
IUC - Imposto Único Circulação	481 281	474 990	-6 291	98,7%	489 521	511 878	22 357	104,6%	7,8%
IMT - imposto Municipal Transm. O. Imóveis	586 890	577 399	-9 491	98,4%	446 530	627 335	180 806	140,5%	8,6%
Derrama	470 258	492 304	22 046	104,7%	534 338	464 456	-69 882	86,9%	-5,7%
Impostos Diretos	3 224 590	3 307 651	83 061	102,6%	3 174 277	3 365 281	191 004	106,0%	1,7%
Mercados e Feiras	6 318	6 318	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
Loteamentos e Obras Urbanização	17 149	17 149	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
Ocupação Via Pública	3 625	3 625	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
Publicidade	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
Outros Imp. Indirectos	45 530	45 530	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
Impostos Indiretos	72 622	72 622	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
Mercados e Feiras	33 063	5 432	-27 631	16,4%	32 554	129	-32 425	0,4%	-97,6%
Loteamentos e Obras Urbanização	110 075	118 339	8 264	107,5%	111 054	105 136	-5 918	94,7%	-11,2%
Ocupação Via Pública	4 085	3 643	-442	89,2%	8 489	160	-8 329	1,9%	-95,6%
Multas, Outras Penalidades e O Taxas	13 915	31 742	17 827	228,1%	1 175	3 798	2 623	323%	-88,0%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	161 138	159 156	-1 982	98,8%	153 272	109 223	-44 049	71,3%	-31,4%
Total	3 458 350	3 539 428	81 078	102,3%	3 327 549	3 474 504	146 955	104,4%	-1,8%

As receitas fiscais resultantes de impostos diretos, aumentaram globalmente em 1,7%, cuja tendência ficou a dever-se ao aumento do IMT (8,6%) e do IUC (7,8%). O IMI e a Derrama sofreram um decréscimo de 0,1% e 5,7%, respetivamente.

A rubrica “impostos indiretos”, por imposição, do novo normativo foi reclassificada no capítulo 04 – taxas, multas e outras penalidades, conforme a nota explicativa da DGAL *“Registo das Taxas – Alteração do classificador económico da receita - o registo das taxas, independentemente de serem cobradas a pessoas coletivas ou particulares, deve ocorrer no capítulo 04 – taxas, multas e outras penalidades, e não no capítulo 02 – Impostos indiretos”*.

O valor constante na rubrica Multas, Outras penalidades e Outras Taxas, não contempla o valor relativo à taxa de conservação e tratamento de esgotos, bem como a Recolha e tratamento de lixos no montante de 623.401,70 por não se tratar de receita fiscal, tendo-se verificado um ligeiro aumento face ao ano anterior, cuja receita foi de 613.965,41€.

Importa referir que o Executivo Municipal manteve no ano de 2021 as medidas excecionais e temporárias de resposta aos impactos socioeconómicos que se têm vindo a fazer sentir, face à situação pandémica que se instalou no nosso país desde março de 2020 (COVID-19), cujas isenções de taxas municipais contribuíram significativamente para diminuição da receita.

1.2. Execução Orçamental da Despesa

Como se pode aferir, o grau de execução do orçamento da despesa atingiu os 73,70%. Em relação ao ano de 2020, verifica-se um aumento das dotações corrigidas, no montante global de 742.253€, e, por conseguinte, um aumento da despesa comprometida de 1.801.667€, com reflexos na despesa faturada, cujo aumento foi de 956.830€, e consequentemente os pagamentos também aumentaram em 803.031€, devido ao acréscimo de investimento, verificado na rubrica, aquisição de bens de capital, bem como nos apoios concedidos no âmbito da pandemia COVID-19, verificados nas rubricas, transferências correntes e de capital.

Nos termos da Lei dos Compromissos, e na determinação dos fundos disponíveis de acordo com a Lei do Orçamento de Estado para 2021, existe a obrigatoriedade do registo dos compromissos para os seis meses seguintes, daí a despesa comprometida e não paga, incluindo o valor dos compromissos para exercícios futuros resultar num valor global de 8.763.301€ incluindo despesas certas e permanente e contratos plurianuais, cuja despesa terá reflexos no exercício de 2022.

Quadro 9 - Execução da Despesa

	Despesa Orçada (corrigida)	Despesa Comprometida no exercício	Despesa Paga	Desvio	Taxa Execução (%)	Comprometida e Não Paga
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3/1]	6 = [2-3]
01 Pessoal	4 632 334	4 332 348	4 285 287	-347 047	92,5%	47 061
02 Aquisição de bens e Serviços	6 558 439	6 054 542	4 621 501	-1 936 938	70,5%	1 433 041
03 Juros e Outros encargos	56 356	54 650	12 627	-43 728	22,4%	42 022
04 Transferências Correntes	1 190 603	1 084 698	936 287	-254 316	78,6%	148 410
05 Subsídios	77 700	65 073	63 635	-14 065	81,9%	1 438
06 Outras Despesas Corrente	278 980	263 831	218 892	-60 088	78,5%	44 939
Despesas Correntes	12 794 412	11 855 141	10 138 229	-2 656 183	79,2%	1 716 912
07 Aquisição de Bens de Capital	5 624 762	5 288 580	3 280 966	-2 343 796	58,3%	2 007 614
08 Transferência de Capital	521 823	508 073	472 216	-49 607	90,5%	35 856
09 Ativos Financeiros	1 150	0	0	-1 150	0,0%	0
10 Passivos Financeiros	290 035	289 566	289 566	-469	99,8%	0
11 Outras Despesas Capital	0	0	0	0	0,0%	0
Despesas Capital	6 437 770	6 086 218	4 042 748	-2 395 022	62,8%	2 043 470
Total	19 232 182	17 941 359	14 180 977	-5 051 205	73,7%	3 760 382

Quadro 10 - Comparativo da Despesa (2021 – 2020)

	2020			2021			Var. %
	Paga	Realizada	Peso (%) DR/DT	Paga	Realizada	Peso (%) DR/DT	DR 2021-2020
Pessoal	4 103 372	4 148 763	30,4%	4 285 287	4 332 348	29,7%	4,4%
Aquisição de bens e Serviços	4 467 211	4 589 708	33,7%	4 621 501	4 902 876	33,6%	6,8%
Juros e Outros encargos	14 392	14 392	0,1%	12 627	12 627	0,1%	-12,3%
Transferências Correntes	895 698	896 147	6,6%	936 287	936 987	6,4%	4,6%
Subsídios	0	0	0,0%	63 635	63 635	0,4%	0,0%
Outras Despesas Corrente	135 756	136 720	1,0%	218 892	223 834	1,5%	63,7%
Despesas Correntes	9 616 429	9 785 730	71,8%	10 138 229	10 472 307	71,8%	7,0%
Aquisição de Bens de Capital	2 919 363	3 008 857	22,1%	3 280 966	3 359 482	23,0%	11,7%
Transferência de Capital	295 884	295 884	2,2%	472 216	472 216	3,2%	59,6%
Ativos Financeiros	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0,0%
Passivos Financeiros	546 270	546 270	4,0%	289 566	289 566	2,0%	-47,0%
Outras Despesas Capital	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
Despesas Capital	3 761 517	3 851 011	28,2%	4 042 748	4 121 263	28,2%	7,0%
Total	13 377 946	13 636 741	100,0%	14 180 977	14 593 570	100,0%	7,0%

Tanto a despesa de capital como a despesa corrente aumentaram cerca de 7% relativamente ao ano anterior, destacando-se a concessão de apoios às Instituições sem fins lucrativos.

A despesa realizada com o pessoal aumentou cerca de 183.585€. De igual modo, as rubricas de aquisição de bens e serviços tiveram um acréscimo de 313.168€, fruto da retoma de alguns eventos culturais, bem como do aumento dos encargos de instalação, nomeadamente, eletricidade e combustíveis.

Quadro 11 - Transferências Correntes e de Capital Concedidas

	Exercício 2020		Exercício 2021	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Transferências Correntes				
Instituições sem fins lucrativos (Apoios ao Associativismo)	379 353	33,23%	370 061	26,26%
Freguesias	39 358	3,45%	49 244	3,49%
Administração Central (Agrup.Esc.)	216 751	18,99%	247 378	17,55%
Outras Transf's	260 236	22,80%	270 304	19,18%
Transferências de Capital				
Instituições sem fins lucrativos (Apoios ao Associativismo)	177 063	15,51%	194 189	13,78%
Freguesias	68 135	5,97%	275 527	19,55%
Outras Transf's	686	0,06%	2 500	0,18%
Total	1 141 582		1 409 203	

Os apoios concedidos a instituições sem fins lucrativos (apoio ao associativismo) realizados em 2021 foram na ordem dos 564.250€ (Transferências correntes e Capital) e tiveram larga expressão no cômputo geral das transferências. No ano anterior foi paga despesa por conta do Programa Municipal de Apoio ao Associativismo (PMAA) na ordem dos 556.416€.

As transferências para as Juntas de Freguesia foram de 324.771. A rubrica "outras transferências", apresenta um valor de 272.804€, resultado da contínua necessidade de fazer face aos apoios concedidos, resultantes dos impactos causados pela situação pandémica do Covid-19.

1.3. Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano

A taxa de execução das Grandes Opções do Plano atingiu os 96%.

O mapa da execução das Grandes Opções do Plano, retrata os *objetivos estratégicos* da gestão autárquica nas vertentes da educação, cultura, desporto, ação social, desenvolvimento urbanístico, valorização da qualidade do ambiente, abastecimento público de água, infraestruturas rodoviárias, de entre outras funções e atribuições do Município.

Quadro 12 - Execução das Grandes Opções do Plano

OBJECTIVO/PROGRAMA	DESPESA		Dotação		Taxa Exec. D=[B/C]
	Faturada [A]	Paga	Comprom. [B]	Definida [C]	
1 FUNÇÕES GERAIS	626 320	599 464	721 393	732 330	99%
111 Administração Geral	405 187	390 687	481 857	491 870	98%
121 Proteção Civil e Luta contra Incêndios	221 133	208 778	239 536	240 460	100%
2 FUNÇÕES SOCIAIS	5 231 218	5 028 256	7 618 867	7 940 238	96%
211 Ensino Não Superior	321 279	321 279	361 151	361 850	100%
212 Serviços Auxiliares de Ensino	570 991	477 661	800 651	830 360	96%
221 Serviços Individuais de saúde	100 557	91 544	107 387	109 590	98%
232 Ação Social	497 733	497 327	1 191 282	1 209 968	98%
241 Habitação	2 500	2 500	3 484	3 550	98%
242 Ordenamento do território	505 702	473 510	862 605	981 007	88%
243 Saneamento	881 370	881 370	943 830	944 031	100%
244 Abastecimento de Água	26 358	26 358	26 358	26 950	98%
245 Resíduos Sólidos	931 743	904 154	1 005 759	1 007 766	100%
246 Proteção Meio Ambiente Conserv. Natureza	367 326	363 750	715 985	737 668	97%
251 Cultura	376 991	367 449	575 701	593 108	97%
252 Desporto Recreio e Lazer	648 669	621 354	1 024 674	1 134 390	90%
253 Outras Atividades Cívicas e Religiosas					
3 FUNÇÕES ECONÓMICAS	1 528 777	1 528 777	1 688 375	1 801 099	94%
320 Indústria e Energia	4 712	4 712	52 916	53 509	99%
331 Transportes Rodoviários	1 426 636	1 426 636	1 502 798	1 509 690	100%
340 Comércio e Turismo	63 635	63 635	65 073	77 750	84%
342 Turismo	33 794	33 794	67 589	159 800	42%
350 Outras Funções Económicas	0	0	0	350	0%
4 OUTRAS FUNÇÕES	609 232	609 232	659 728	663 236	99%
410 Operações da Dívida Autárquica	289 566	289 566	289 566	291 185	99%
420 Transferências entre Administrações	319 667	319 667	370 163	372 051	99%
TOTAL	7 995 548	7 765 730	10 688 364	11 136 903	96%
RESUMO :					
1 FUNÇÕES GERAIS	626 320	599 464	721 393	732 330	99%
2 FUNÇÕES SOCIAIS	5 231 218	5 028 256	7 618 867	7 940 238	96%
3 FUNÇÕES ECONÓMICAS	1 528 777	1 528 777	1 688 375	1 801 099	94%
4 OUTRAS FUNÇÕES	609 232	609 232	659 728	663 236	99%
TOTAL	7 995 548	7 765 730	10 688 364	11 136 903	96%

O Plano revela despesa assumida na ordem dos 10,7 milhões de euros, sendo a expressão das prioridades definidas pelo Executivo.

Os principais investimentos foram realizados no domínio dos transportes rodoviários, da ação social, do desporto recreio e lazer, resíduos sólidos urbanos e saneamento.

No mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades Mais Relevantes estão evidenciados os projetos com maior representatividade na execução da despesa (ver anexo: Mapas Orçamentais). Os investimentos realizados, constantes no PPI, foram assegurados pelas seguintes fontes de financiamento:

Quadro 13 - Fontes de Financiamento dos Investimentos

	Exercício 2020		Exercício 2021	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Empréstimos Bancários M/L prazo	327 861	11,2%	674 417	20,6%
Venda de Bens de Investimento	0	0,0%	107	0,0%
Transferências de Capital		0,0%		0,0%
FEF K (O.E.)	754 723	25,9%	581 130	17,7%
Contratos-Programa	4 254	0,1%	3 900	0,1%
Fundos Comunitários	1 726 827	59,2%	254 390	7,8%
Outras Receitas de Capital	4 560	0,2%	3 808	0,1%
Receitas Próprias de Funcº	101 138	3,5%	1 763 214	53,7%
<i>Investimento Pago</i>	2 919 363	100,0%	3 280 966	100,0%

As principais fontes de financiamento do investimento autárquico no ano de 2021 foram as receitas próprias de funcionamento (53,70%), seguindo-se o recurso ao financiamento bancário, designadamente a utilização dos empréstimos bancários de médio e longo prazo contratualizados com a CCAM – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Batalha e o Banco Santander Totta.

1.4. Resultado Orçamental

No quadro seguinte observa-se a receita total cobrada e a despesa total paga nos últimos três anos, bem como os respetivos saldos de gerência a incorporar no orçamento do ano seguinte. Verifica-se um decréscimo do saldo de gerência, a transitar para o exercício seguinte.

Quadro 14 - Receita / Despesa

Designação	2019	2020	2021
Saldo Gerência Anterior	499 008	865 710	1 260 144
Receita Total Cobrada	13 164 085	13 772 380	13 197 616
Despesa Total Paga	12 797 384	13 377 946	14 180 977
Saldo Gerência Seguinte	865 709	1 260 144	276 783

O princípio do equilíbrio orçamental, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

Quadro 15- Poupança Corrente do Exercício

RECEITAS [1]		DESPESAS [2]		POUPANÇA Valor [3] = [1] - [2]		% [3]/[1]
Correntes	11 675 369	Correntes	10 138 229	Correntes	1 537 140	13%
Capital	1 517 752	Capital	4 042 748	Capital	-2 524 996	-166%

O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, determina a regra de equilíbrio orçamental, em que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Neste contexto, verificou-se uma transferência de 13% de receita corrente para realização de despesas de investimento.

Quadro 16 - Regra de Equilíbrio Orçamental

Designação	Valor
Receita corrente bruta cobrada	11 801 242,69
Despesa corrente	10 138 229,31
Amortizações médias	271 307,81
Equilíbrio Orçamental	1 391 705,57

1.5. Principais Indicadores Orçamentais

As receitas próprias de funcionamento e a “saúde financeira” da Autarquia aumentaram ligeiramente face ao período homologo, correspondendo a um acréscimo de autonomia financeira de 245.811€.

Quadro 17 - Indicadores Orçamentais

INDICADORES	2019	2020	2021
Receitas Fiscais			
<i>(Imp.Directos + Impostos Ind. + Taxas Multas e Outras Penalid.)</i>	4 099 831	4 153 394	4 114 320
Receitas Próprias de Funcionamento			
<i>(Rec. Totais - Transf. Capital - Passivos Financeiros)</i>	11 197 705	10 915 491	11 683 779
Serviço da Dívida			
<i>(Encargos Financeiros + Passivo Financeiro)</i>	186 425	560 661	302 213
Receitas de Funcionamento / Receitas Totais	85%	79%	89%
Autonomia Financeira			
<i>(Receitas Próprias de Funcion. - Despesas Obrigat. correntes)</i>	1 235 150	1 299 738	1 545 549
Saúde Financeira			
<i>(Auton. Financeira / Rec. Próprias de funcionam.)</i>	11%	12%	13%

2. Análise Económico-Financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados, bem como efetuar uma breve análise da contabilidade de gestão no Município da Batalha.

2.1. Balanço

Em 2021 o ativo do Município da Batalha, foi de 71,54 milhões de euros, verificando-se um decréscimo de 0,70 milhões de euros face ao ano anterior (-1,0%).

Em relação ao passivo, o Município da Batalha fechou o ano com um valor de 8,20 milhões de euros, sendo constituído em 4,57 milhões de euros por passivo não corrente e em 3,63 milhões de euros por passivo corrente, traduzindo-se num aumento de 2,4% face ao ano anterior.

O património líquido da autarquia, cifra-se em 63,34 milhões de euros, verificando-se um aumento de 891.345€ face ao ano de 2020.

Quadro 18 - Balanço

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	65 682 560,19	65 386 285,08
Propriedades de investimento	8	220 011,88	225 368,90
Ativos intangíveis	3	321 905,86	370 447,98
Participações financeiras		488 954,08	488 954,08
		66 713 432,01	66 471 056,04
Ativo corrente			
Inventários	10	280 230,10	254 822,48
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		1 414 764,46	1 669 572,85
Clientes, contribuintes e utentes		61 158,21	118 367,20
Estado e outros entes públicos		94,23	
Outras contas a receber		2 080 207,50	1 888 933,56
Diferimentos		9 131,19	4 408,89
Caixa e depósitos	1	985 651,36	1 838 164,34
		4 831 237,05	5 774 269,32
Total do ativo		71 544 669,06	72 245 325,36
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		56 222 653,14	56 222 653,14
Resultados transitados		-7 651 341,26	-5 902 630,74
Outras variações no Património Líquido		15 524 988,13	15 661 512,20
Resultado líquido do período		-754 821,31	-1 748 710,54
Total do Património Líquido		63 341 478,70	64 232 824,06
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	215 634,72	215 634,72
Financiamentos obtidos		1 823 241,96	1 422 906,89
Diferimentos		1 975 193,48	2 062 632,17
Outras contas a pagar		560 123,93	458 416,93
		4 574 194,09	4 159 590,71
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		700,00	54,32
Fornecedores		635 996,34	252 057,64
Estado e outros entes públicos		53 541,90	55 447,27
Financiamentos obtidos		274 082,33	289 565,52
Fornecedores de investimentos		140 737,86	123 051,26
Outras contas a pagar		1 023 334,61	1 377 741,52
Diferimentos		1 500 603,23	1 754 993,06
		3 628 996,27	3 852 910,59
Total do Passivo		8 203 190,36	8 012 501,30
Total do Património Líquido e Passivo		71 544 669,06	72 245 325,36

De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo e do passivo.

Quadro 19 - Evolução do ativo

COMPONENTE DO ATIVO	2021	2020	Δ 2021/2020
Ativos fixos tangíveis	65 682 560,19	65 386 285,08	0,5%
Propriedades de investimento	220 011,88	225 368,90	-2,4%
Ativos intangíveis	321 905,86	370 447,98	-13,1%
Participações financeiras	488 954,08	488 954,08	0,0%
Ativo Não Corrente	66 713 432,01	66 471 056,04	0,4%
Inventários	280 230,10	254 822,48	10,0%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 414 764,46	1 669 572,85	-15,3%
Clientes, contribuintes e utentes	61 158,21	118 367,20	-48,3%
Estado e outros entes públicos	94,23	0,00	0,0%
Outras contas a receber	2 080 207,50	1 888 933,56	10,1%
Diferimentos	9 131,19	4 408,89	107,1%
Caixa e depósitos	985 651,36	1 838 164,34	-46,4%
Ativo Corrente	4 831 237,05	5 774 269,32	-16,3%
Ativo Total	71 544 669,06	72 245 325,36	-1,0%

Os ativos fixos tangíveis representam 92% do total do ativo e registaram um ligeiro aumento face ao ano anterior, cerca de 296.275€ euros.

A rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis registaram uma diminuição de 15,3%, resultado da atualização do reconhecimento dos valores a receber relativos a projetos cofinanciados em curso.

Os Clientes, contribuintes e utentes, também, registaram uma diminuição de 48,3% devido à constituição de imparidades de ativos.

Quadro 20 - Evolução do passivo

COMPONENTE DO PASSIVO	2021	2020	Δ 2021/2020
Provisões	215 634,72	215 634,72	0,0%
Financiamentos obtidos	1 823 241,96	1 422 906,89	28,1%
Diferimentos	1 975 193,48	2 062 632,17	-4,2%
Outras contas a pagar	560 123,93	458 416,93	22,2%
Passivo Não Corrente	4 574 194,09	4 159 590,71	10,0%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	700,00	54,32	1188,7%
Fornecedores	635 996,34	252 057,64	152,3%
Estado e outros entes públicos	53 541,90	55 447,27	-3,4%
Financiamentos obtidos	274 082,33	289 565,52	-5,3%
Fornecedores de investimentos	140 737,86	123 051,26	14,4%
Outras contas a pagar	1 023 334,61	1 377 741,52	-25,7%
Diferimentos	1 500 603,23	1 754 993,06	-14,5%
Passivo Corrente	3 628 996,27	3 852 910,59	-5,8%
Total do Passivo	8 203 190,36	8 012 501,30	2,4%

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve uma variação positiva de 2,4%, que resulta essencialmente do aumento das rubricas do passivo não corrente e da dívida a fornecedores inserida no passivo corrente.

A rubrica dos financiamentos obtidos, cujo montante ascende a 1.823.241,96€ diz respeito, à utilização dos empréstimos bancários de médio e longo prazo contratualizados com a CCAM – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Batalha e Banco Santander Totta.

As outras contas a pagar, também registaram um aumento de cerca de 101.707€ resultado da prestação de cauções por parte dos fornecedores de investimentos.

2.2. Demonstração de Resultados

Pela análise comparativa dos resultados dos exercícios de 2020 e 2021, pode-se concluir que o resultado líquido teve uma variação positiva na ordem dos 994 mil euros, resultado do aumento significativo da rubrica, transferências e subsídios correntes obtidos, fruto da aceitação da transferência de competências, preconizada na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e da diminuição do valor dos gastos das depreciações e amortizações do exercício.

Quadro 21 - Demonstração de Resultados

Rendimentos e Gastos	31/12/2021	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas	3 781 802,66	3 775 027,76
Vendas	393,66	2 472,80
Prestações de serviços e concessões	535 260,54	596 335,64
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 788 204,94	5 748 159,04
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-167 355,50	-138 301,69
Fornecimentos e serviços externos	-4 777 935,10	-4 604 879,60
Gastos com pessoal	-4 277 019,37	-4 155 940,43
Transferências e subsídios concedidos	-1 296 082,04	-1 384 670,50
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-36 922,99	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	-83 975,02
Outros rendimentos	1 856 136,91	2 163 630,57
Outros gastos	-164 746,81	-70 822,08
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	2 241 736,90	1 847 036,49
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-2 976 975,63	-3 577 096,56
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-735 238,73	-1 730 060,07
Juros e rendimentos similares obtidos	1 533,38	
Juros e gastos similares suportados	-21 115,96	-18 650,47
Resultado antes de impostos	-754 821,31	-1 748 710,54
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Resultado líquido do período	-754 821,31	-1 748 710,54
Resultado líquido do período atribuível a:		
Detentores do capital da entidade-mãe	0,00	0,00
Interesses que não controlam	0,00	0,00
	0,00	0,00
	-754 821,31	-1 748 710,54

Efetuada uma análise aos gastos de 2021, podemos concluir que houve uma diminuição de cerca de 316.183€ face ao ano de 2020.

Destaca-se, a diminuição dos gastos com as depreciações do exercício em cerca de 600.120€ face ao ano 2020, que corresponde um decréscimo de 16,78%, que se justifica pelo fim da vida útil dos bens afetos à rede viária, arrolada e valorizada, aquando da implementação do POCAL.

As transferências e subsídios correntes concedidos, também, tiveram uma diminuição de 88.588€ comparativamente com 2020.

Em contrapartida, os fornecimentos e serviços externos e os gastos com pessoal, aumentaram ligeiramente, 3,8% e 2,9%, respetivamente.

Quadro 22 - Evolução dos gastos

Gastos	2021	2020	Δ 2021/2020
Transferências e subsídios concedidos	1 296 082,04	1 384 670,50	-6,4%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	167 355,50	138 301,69	21,0%
Fornecimentos e serviços externos	4 777 935,10	4 604 879,60	3,8%
Gastos com pessoal	4 277 019,37	4 155 940,43	2,9%
Gastos de depreciação e amortização	2 976 975,63	3 577 096,56	-16,78%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	36 922,99	0,00	100,0%
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	83 975,02	100,0%
Outros gastos	164 746,81	70 822,08	132,6%
Juros e gastos similares suportados	21 115,96	18 650,47	13,2%
Total dos Gastos	13 718 153,40	14 034 336,35	-2,3%

Pela análise do quadro acima referenciado, verificamos que os Fornecimentos e Serviços Externos representam o custo operacional mais significativo, cujo peso relativo é de 35% sobre os gastos totais do exercício, seguido dos custos com pessoal com 31% do total da estrutura de gastos.

No computo dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's), a rubrica mais representativa dos gastos do Município, são os subcontratos. Estes gastos estão fundamentalmente, relacionados com Recolha de Lixo através da VALORLIS [325.082€], Limpeza e recolhas de lixos através da SUMA [577.398€] e Recolha de Efluentes através da ACL [813.594€].

As amortizações e provisões registam 22% do total da estrutura de gastos, constituindo um “custo técnico” sem reflexo nos fluxos financeiros no exercício económico em análise.

Quadro 23 - Evolução dos rendimentos

PROVEITOS	2021	2020	Δ 2021/2020
Impostos, contribuições e taxas	3 781 802,66	3 775 027,76	0,2%
Impostos	3 356 392,40	3 327 959,45	0,9%
Derrama	461 911,86	500 522,65	-7,7%
IMI	1 751 886,00	1 703 888,00	2,8%
IUC	508 611,06	477 230,37	6,6%
Taxa Municipal de Direitos de Passagem	6 594,95	6 089,35	8,3%
IMT	627 348,53	564 137,52	11,2%
Outros	40,00	76 091,56	-99,9%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	425 410,26	447 068,31	-4,8%
Loteamentos e Obras	99 592,81	131 800,58	-24,4%
Ocupação da Via Pública	2 361,05	5 058,66	-53,3%
Saneamento	306 272,91	295 229,59	3,7%
Multas e outras penalidades	3 796,38	4 116,17	-7,8%
Outras	13 387,11	10 863,31	23,2%
Vendas	393,66	2 472,80	-84,1%
Prestações de serviços e concessões	535 260,54	596 335,64	-10,24%
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 788 204,94	5 748 159,04	18,09%
Outros rendimentos	1 856 136,91	2 163 630,57	-14,2%
Juros e rendimentos similares obtidos	1 533,38	0,00	0,0%
Total	12 963 332,09	12 285 625,81	5,5%

A rubrica da prestação de serviços e contribuições e taxas municipais tiveram uma diminuição, devido à situação socioeconómica que se instalou no nosso país em março de 2020 (COVID-19). O Executivo Municipal, consciente dos desafios, manteve no ano de 2021 as medidas excecionais e temporárias, em resposta aos impactos socioeconómicos que se têm vindo a fazer sentir, nomeadamente a isenção de taxas municipais.

A diminuição de 14,2% na rubrica outros rendimentos, deve-se à alteração imposta pelo SNC-AP, pelo facto de se deixar de reconhecer o valor das transferências de capital do FEF bem como do rendimento associado à transferência de capital do art.º 35, n.º 3 da Lei n.º 73/2013, em rendimentos do exercício.

Este valor foi afeto a ativos depreciables, que por sua vez o rendimento é reconhecido ao longo da vida útil dos ativos financiados, estando por esta via reconhecido o valor do rendimento na rubrica outros rendimentos.

Em contrapartida, o aumento das transferências e subsídios correntes obtidos, no montante de 1.040.045€, deve-se à aceitação da transferência de competências, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

2.3. Endividamento

Quadro 24 - Dívidas a terceiros

Dívidas a Terceiros (curto prazo)	2021	2020	Var. Valor 21/20	Var. % 21/20
Empréstimos m/l prazo (dívida de curto prazo)	274 082	289 566	-15 483	-5,3%
Fornecedores c/c.	635 996	252 058	383 939	152,3%
Fornecedores Imobilizado	140 738	123 051	17 687	14,4%
Estado e Outros Entes Públicos	53 542	55 447	-1 905	-3,4%
Outros Credores	714 064	587 008	127 057	21,6%
Total	1 818 423	1 307 129	511 293	39,1%
Dívidas a Terceiros (M/Longo Prazo)				
Empréstimos m/l prazo	1 823 242	1 422 907	400 335	28,1%
Total	1 823 242	1 422 907	400 335	28,1%

A gestão da dívida tem-se pautado por princípios de rigor, não obstante as restrições impostas pela Lei das Finanças Locais, agora designada Regime Financeiro das Autarquias Locais, e pela Lei do Orçamento de Estado, em 31 de dezembro, a dívida da autarquia refletia o valor de 3.641.665€, aumentando em 28,10% em relação ao exercício anterior.

Apesar dos formalismos que obrigam à apresentação pelas entidades fornecedoras das respetivas declarações não dívida perante a DGCI e a Segurança Social, com consequentes entropias na programação mensal dos pagamentos, os *Prazos Médios de Pagamento* situaram-se nos 24 dias.

A dívida bancária de médio e longo prazo integra uma das componentes do cálculo da dívida total dos municípios. O serviço da dívida representou um encargo total de 259.895,82€ (juros – 12.508,65€ e amortizações – 247.680,42€). Os “spreads” aplicados aos empréstimos mantiveram-se inalterados.

2.3.1. Afetação dos Limites Legais ao Endividamento (Breve Evolução)

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, define no n.º 1 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais no período, corresponde ao total das dívidas a terceiros do balanço do Município no período “n” (dívida a terceiros de médio e longo prazo mais as dívidas a terceiros de curto prazo, que constitui o total da dívida do município no período “n”), menos as dívidas resultantes de operações não orçamentais no final do período “n” (que incluem, para além das cauções em posse do Município, os valores que estejam em dívida no final de cada período de operações de tesouraria).

Deste modo, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º (serviços municipalizados, entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, empresas locais e participadas, cooperativas e fundações) não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Do referido método de cálculo, resulta que a dívida total do Município da Batalha não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de 2021, o montante de 16.120.835,0€. Valor este também comunicado pela DGAL. Sempre que o município não cumpra o limite previsto anteriormente, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III (Entidades intermunicipais)

No quadro seguinte apresenta-se a situação no ano de 2021 do Município da Batalha face ao limite da dívida total. O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2021, não excede o limite de endividamento.

O valor da dívida total do Município a 31/12 ascende o montante de 2.923.875,22€, ficando com uma margem face ao limite legal de 13.196.959,81€.

Quadro 25 - Cálculo do Endividamento

Conta	Designação	Saldo Final
2211	Fornecedores – C/C	284 240,74
225	Fornecedores – Faturas conferência	351 755,60
25111	Empréstimos Bancários	0,00
25112	Empréstimos Bancários	2 097 324,29
2421	IRS - Trabalho Dependente	21 125,00
2422	IRS - Trabalho Independente	1 336,09
2436	IVA – a pagar	-20,41
244*	Imposto selo - OT	0,00
2451111	Caixa Geral de Aposentações	10 140,24
2451119*	Caixa Geral de Aposentações - OT	694,57
2451121	Taxa Social única	14 257,14
2451129*	Taxa Social única - OT	11,93
249	Outras Tributações	461,84
249*	Outras Tributações - OT	5 535,50
27111	Fornecedores Imobilizado	78 515,50
27121	Fornecedores imobilizado – Fat. Conf.	62 222,36
2785	Sindicatos	296,97
2751	Fundo Apoio Municipal	8 921,24
2029	Credores Transferências e Subsídios Concedidos	700,00
2771	Depósito de garantia fornec. Imobilizado (cauções)	689 776,58
27892919011	Retenções funcionários	991,80
27892919012	Credores Diversos – OT	12 849,76
2789291999	Credores Diversos – Entidades Credoras	528,06
Dívida Total (Balanço)		3 641 664,80
Operações não orçamentais (OT)		708 868,34
Fundo Apoio Municipal (exceção dívida total)		8 921,24
Dívida de operações orçamentais (Artigo 52º da Lei n.º 73/2013)		2 923 875,22
ades (artigo 54º da Lei n.º 73/2013) (à data deste calculo não é possível apuramento)		0,00
Dívida Total de operações orçamentais		2 923 875,22
LIMITE DA DÍVIDA TOTAL		16 120 835,03
Margem face ao limite total		13 196 959,81

* Contas de operações não orçamentais

2.4. Indicadores Económico-Financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo.

No mapa infra encontram-se os principais indicadores económico-financeiros.

Quadro 26 - Evolução dos indicadores económico-financeiros

Indicadores	Rácio	2021	2020
Autonomia Financeira	<i>Património Líquido / Ativo</i>	88,53%	88,91%
Solvabilidade	<i>Património Líquido / Passivo</i>	7,72	8,02
Liquidez Geral	<i>Ativo Corrente / Passivo Corrente</i>	1,33	1,50
Liquidez Reduzida	<i>(Ativo Corrente - Inventário) / Passivo Corrente</i>	1,25	1,43
Liquidez Imediata	<i>Disponibilidades / Passivo Corrente</i>	0,27	0,48

CAPÍTULO IV – Contabilidade de Gestão

A contabilidade de gestão, tratando-se de um instrumento de gestão interna, tem vindo a assumir um papel cada vez mais preponderante, uma vez que permite às entidades um maior rigor na gestão dos recursos de que dispõe, de modo a poder administra-los de uma forma cada vez mais eficaz, eficiente e económica.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos estabelecidos para os serviços a prestar aos cidadãos.

Esta contabilidade permite desagregar os custos por bens, serviços e funções, e como tal completa a contabilidade orçamental e contabilidade financeira, permitindo uma melhor gestão municipal em geral, e de cada unidade funcional, em particular.

1. Análise de Custos por Funções

A contabilidade de custos do município assenta igualmente numa classificação funcional dos custos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL n.º 192/2015 de 11 de setembro e com base na NCP 27 - Contabilidade de Gestão do SNC-AP. Assim, é possível quantificar os objetivos a atingir pela autarquia, nos mais diversos níveis, planear a sua atividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições, possibilitando, deste modo, obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenções: as funções gerais, sociais, económicas e outras funções, e na prossecução das suas atribuições.

Apresenta-se uma breve análise dos custos por funções conforme indicado no documento em anexo que integra o presente relatório.

CAPÍTULO V – Proposta Aplicação de Resultados

Propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício negativo de 754.821,31 euros tenha a seguinte aplicação:

- - 754.821,31 euros para Resultados Transitados.

CAPÍTULO VI – *Considerações Finais*

O nosso agradecimento a todos os órgãos da câmara municipal, executivo e assembleia municipal, utentes, organismos da administração pública, central e regional, associações e fornecedores.

Aos nossos Colaboradores uma palavra de estímulo e apreço pelo trabalho desenvolvido em prol dos nossos munícipes. O seu contributo é fundamental para um bom desempenho do Município com reflexos na melhoria da qualidade de vida das populações.

Paços do Concelho, 11 de abril de 2022

O Vice-Presidente da Câmara Municipal da Batalha

Carlos Agostinho Costa Monteiro